

O Congresso existe

MAURO CHAVES

Dentro da crise geral de credibilidade que assola o País, envolvendo o governo, as instituições públicas e o mundo político, a sociedade brasileira recebe uma injeção de ânimo ao perceber que o Poder Legislativo começa, enfim, a se recuperar de longo e profundo desgaste. Parece que finalmente surtem efeito todas as críticas severas que há muito tempo vêm sendo endereçadas aos representantes do povo, que, por omissão, negligência, incompetência ou servilismo, deixaram de assumir as grandes responsabilidades que a Constituição lhes conferiu.

Já se assistiu a inúmeros "esforços concentrados" do Congresso Nacional em vésperas de recesso ou fim de legislatura. Não se viram, porém, parlamentares federais trabalharem até altas horas da madrugada em início de legislatura, participando de enorme esforço de negociação, do qual se incumbiram, não apenas os líderes de todos os partidos, governistas e oposicionistas, mas congressistas isoladamente, nem sempre seguindo a orientação de suas próprias lideranças. Por isso é que, sem entrar no mérito do destino que tiveram no Congresso as medidas provisórias (294 e 295) do Plano Collor 2, e muito antes de saber se elas darão certo ou errado, cabe dizer que este Legislativo, nominalmente renovado em 62%, está dando saudáveis sinais de vida, o maior dos quais é a quebra da arrogância imperial do governo.

Quando viu que não podia basear sua sustentação política exclusivamente no apoio popular direto, e quando percebeu que havia errado o tiro único desferido contra o tigre da inflação, o presidente Fernando Collor passou a insistir no "entendimento nacional", do qual deveriam participar



entidades empresariais, sindicatos e centrais de trabalhadores e outros setores representativos da sociedade. Em nenhum momento se propôs que esse "entendimento" tivesse como fórum o Congresso. Essa marginalização desqualificava o Legislativo e a própria democracia representativa, que tem no Parlamento o lugar insubstituível da representação global da sociedade.

Mas o Congresso conseguiu se tornar o fórum desse "entendimento", readquirindo condições efetivas de atuação legislativa, deixando de ser a mariposa tonta que apenas girava em torno da lâmpada do poder central planaltino. E agora, com a possibilidade de restringir os poderes do presidente da República de editar e reeditar as medidas provisórias, o Congresso pode escapar de seu papel de mero coadjuvante, se não figurante, do poder de Estado.

A propósito da regulamentação das MPs, tanto o líder do governo quanto o do PMDB na Câmara, os deputados Humberto Souto e Genivaldo Corrêa, demonstram que não estão à altura do processo de recuperação funcional, ética e política do Congresso Nacional: o primeiro por achar que sem as MPs "é impossível administrar o País", e o segundo por submeter todo o relacionamento de seu partido com o governo aos interesses futuros do queridismo, independentemente dos interesses imediatos do País. Essas duas posições, de forte ranço fisiológico, não refletem o saudável espírito de independência e liberdade de consciência que parece se espraiar entre os novos congressistas. Na verdade, refletem elas os vícios clássicos que estão na raiz da deterioração de nosso Legislativo: de um lado, o servilismo (ao governo) e, de outro, o politiquismo que não serve (à sociedade). O Congresso não é mais isso.